



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEDC – CAMPUS XIV – CONCEIÇÃO DO COITÉ
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

PATRÍCIA DOS SANTOS ARAÚJO

**ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: UM ESTUDO DE
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA EUSTÓRGIO PINTO RESEDÁ EM
CONCEIÇÃO DO COITÉ**

Conceição do Coité

2020

PATRÍCIA DOS SANTOS ARAÚJO

**ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: UM ESTUDO DE
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA EUSTÓRGIO PINTO RESEDÁ EM
CONCEIÇÃO DO COITÉ**

Monografia apresentada a Universidade do
Estado da Bahia – Campus XIV como
requisito parcial para obtenção do título de
graduado em Licenciatura em História.

Sob a orientação da Prof.^a Ms^a Maria Cezarela
Olivera Carvalho

Conceição do Coité
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Araújo, Patrícia dos Santos

Ensino de história na perspectiva da inclusão: um estudo de experiência Pedagógica na Escola Eustórgio Pinto Resedá em Conceição do Coité. / Patrícia dos Santos Araújo. – Conceição do Coité, 2020.

41 fls.: 30cm.

Orientadora: Prof^a. Ms^a. Maria Cezarela Oliveira Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação – Campus XIV.

1. Educação Inclusiva. 2. Cidadania. 3. Ensino de História. I. Carvalho, Maria Cezarela Oliveira. II. Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 371.9

PATRÍCIA DOS SANTOS ARAÚJO

**ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: UM ESTUDO DE
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA EUSTÓRGIO PINTO RESEDÁ EM
CONCEIÇÃO DO COITÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Campus XIV como requisito para a aprovação no curso de Licenciatura em História.

Banca Examinadora

Profª Msª. Maria Cezarela Oliveira Carvalho (Orientadora)

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof Dr. José Ernane Carneiro Carvalho Filho (Membro Interno)

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Profª Drª. Jusceli de Oliveira Cardoso (Membro Externo)

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO

A escolha do tema do trabalho em questão foi motivada pela disciplina Educação Inclusiva ofertada na licenciatura em História, cujo desenho metodológico nos motivou a realizar uma pesquisa de campo tendo como foco a análise da inclusão voltada para alunos com necessidades especiais. Essa pesquisa despertou o interesse pelo tema ora apresentado que veio a ser alimentado com esta experiência científica em pesquisa histórica IV. Neste trabalho problematizaremos o ensino de história na perspectiva da inclusão tendo como foco o desenvolvimento da autonomia e consciência cidadã dos sujeitos envolvidos na prática pedagógica desenvolvida em uma escola na cidade de Conceição do Coité – Bahia, nesta oportunidade de leitura abordamos uma breve reflexão sobre inclusão na antiguidade, bem como reflexões em torno da origem política da Educação Especial do Brasil, ensino de História na Perspectiva da Inclusão bem como reflexões sobre a prática pedagógica observada.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Cidadania, Ensino de História

ABSTRACT

The choice of the theme of the work in question was motivated by the Inclusive Education discipline offered in the History degree, whose methodological design motivated us to carry out a field research focusing on the analysis of inclusion aimed at students with special needs. This research aroused interest in the topic now presented, which came to be fed with this scientific experience in historical research IV. In this work we will problematize the teaching of history from the perspective of inclusion, focusing on the development of autonomy and citizen awareness of the subjects involved in the pedagogical practice developed in a school in the city of Conceição do Coité - Bahia, in this reading opportunity we address a brief reflection on inclusion in antiquity, as well as reflections on the origin of the Brazilian Special Education policy, teaching History in the Perspective of Inclusion, as well as reflections on an observed pedagogical practice.

Keyword: Inclusive Education, Citizenship, History Teaching

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

(Paulo Freire)

“ É preciso que todos tenham fé e esperança em um futuro melhor. O essencial é confiar em Deus. O amor constrói e solidifica ”

(Santa Dulce dos Pobres)

AGRADECIMENTOS

Não poderia ficar sem agradecer primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por ter me permitido chegar até aqui na defesa do meu TCC. Essa jornada foi muito difícil e árdua, diversas vezes pensei que não conseguiria, porém, Deus foi muito misericordioso comigo, me presenteou com orientadores excepcionais, a primeira pessoa a me orientar foi o professor Dr. Ernane Filho que fez tudo que podia para me ajudar, e a segunda pessoa a melhor professora que UNEB possui no quesito Educação, minha querida Ms^a Maria Cezarela, muito obrigada de coração por sua dedicação, carinho e principalmente por me orientar em qualquer hora do dia ou da noite, me lembro que a senhora me dizia: pode me enviar que eu olho o seu trabalho. Só quero pedir a Deus que lhe proteja juntamente com sua filha e sua família hoje e sempre. Minha eterna gratidão a ti pró Maria Cezarela.

Não podia esquecer minha mãe, essa pessoa que sempre me impulsionava a concluir minha graduação, diariamente me dizia você está tão perto, não desiste, conclua sua formação. Agradecer a meu namorado Elizeu que todo dia me perguntava por meu TCC, e me incentivava a concluir o curso de História.

Quero agradecer a algumas pessoas que encontrei nessa jornada universitária, pessoas estas que vieram para acrescentar e me impulsionar a manter firme meu sonho de ter uma graduação, estas pessoas são os meus colegas da faculdade que hoje posso chamar de amigos. Dentre eles quero citar: minha amiga de todas as horas, que sempre tirava as minhas dúvidas, e que sempre revisava os textos de meus trabalhos, obrigado Tainá; Glauber obrigado pelas eternas caronas para voltar para casa; Waldiney Brito outro amigo que sempre nos dava carona todos dias, mesmo carro as vezes estando cheio, ele nunca deixava ninguém sem a carona. Minha eterna gratidão também a meu parceiro de estágio Moises que virou um grande amigo; obrigado pelo apoio Ruthila e Flávia, essas meninas tem muito talento, sucessos para vocês. Deixei por última essa que virou meu anjo de guarda na vida e na universidade, minha amiga para todas as horas, o que dizer desse ser iluminado que se chama Larissa Mota? Essa pessoa que tem coração grande que está disposta a ajudar a todos, muito obrigada amiga Lari, estou aqui sempre que precisar.

Não posso esquecer das turmas de História do turno noturno, que também viraram meus amigos, dentre eles: Adriana Gomes, Catiane, Liane que um dia me disse não desiste você vai concluir e meu amigo que me socorre sempre, Esmeraldo, mais conhecido como Neto, meu muito obrigado por tudo, que Deus te abençoe. Não posso esquecer de mim

queridas professoras que pergunta por mim sempre, são elas: Kelman, Marinélia, Cristiane e meus queridos professores Augusto e Daniel.

Sumário

1	Introdução.....	10
2	Considerações iniciais: breve reflexão sobre inclusão na antiguidade	11
3	Reflexões em torno da origem política da Educação Especial do Brasil.....	11
4	Ensino de História na Perspectiva da Inclusão.....	20
5	Metodologia.....	28
6	Município onde ocorreu o estudo: algumas informações	29
	6.1 O Contexto observado: reflexões sobre a prática pedagógica observada.....	32
	6.2 O Campo de pesquisa	32
7	Considerações Finais	39
8	Referências	41

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira ainda enfrenta na contemporaneidade desafios que a acompanha desde os tempos de colonização: Ensino qualificado para vida em sociedade, espaços físicos com condições satisfatórias, professores valorizados e com a formação profissional sendo qualificado e principalmente a prática de inclusão que atenda as diferenças que caracterizam a sala de aula.

O trabalho ora apresentado foi impulsionado por provocações provenientes do componente curricular, Educação Inclusiva que em suas vivências didáticas nos trouxe a seguinte questão: é possível a escola regular incluir e educar os sujeitos com necessidades educacionais especiais?

Diante das reflexões que envolveram marcos históricos, políticos, legais e pedagógicos sobre o percurso da Educação Especial no Brasil no Curso de Licenciatura em História no Departamento de Educação – Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia, nos empenhamos em pesquisar sobre: ensino de história na perspectiva da Inclusão tendo como norte a experiência pedagógica desenvolvida na escola pública Eustórgio Pinto Resedá no Ensino Fundamental II na cidade de Conceição do Coité – Estado da Bahia.

O objetivo geral desta pesquisa ocupa-se de conhecer a experiência pedagógica da escola pública em questão com o ensino de história na perspectiva da inclusão e cidadania, nossos objetivos específicos versam sobre identificar e analisar aspectos didáticos do ensino de história para alunos com necessidades educativas especiais como: planejamento didático, relação professor x aluno e avaliação e na oportunidade apresentar situações pedagógicas ancoradas na cidadania e inclusão.

Para Freire (2015), “Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante”, dentre os vários sentidos do ensinar história o que mais se destacou em minha caminhada acadêmica foi o sentido político da inclusão e como o Paulo Freire nos ensina em seu legado inclusivo “o que move o educador é o mover-se como gente”.

Nessa perspectiva apresentamos ao leitor o capítulo I que versa sobre a origem política da Educação Especial no Brasil, um espaço de contradição marcado pelo interesse particular e o desafio de incluir politicamente um plano coletivo.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BREVE REFLEXÃO SOBRE INCLUSÃO NA ANTIGUIDADE

No mundo sempre houve pessoas com necessidades educativas especiais, no entanto não eram mostradas como tal. Na história as pessoas que possuíam algumas necessidades educativas especiais seja física, cegueira, surdez ou mental eram abandonados a própria sorte, sendo deixados para morrer, usando uma justificativa naquele tempo que eram pessoas que não estavam nos padrões exigidos, pois não possuíam força e nem eram pessoas de boa aparência já que não eram perfeitos diante dos demais, sendo assim só esperavam o dia da sua morte.

Em Roma e Esparta eles possuíam outra forma de se livrarem dos que para eles não serviam, pois, os indivíduos que nasciam em Roma e Esparta desde pequenos eram treinados para servir no exército, quando assim eram solicitados nas guerras. No entanto, diferentes da antiguidade antes de Cristo os que não eram perfeitos eram abandonados em rios, desertos ou florestas, relegadas a morte ou vendidos para divertir a nobreza nas festas, sendo que os que podiam trabalhar eram passados para os religiosos e os que não podiam eram abandonados. É válido salientar que na antiguidade a igreja usava a inquisição para perseguir as pessoas com deficiência acusando de heresias.

Na antiguidade, não se registra um avanço que beneficie pessoas com necessidades educativas especiais, pelo contrário, fazem de tudo para excluir ou então se aproveitam das mesmas como mercadorias. Com isso pode-se notar para atingir caminhos de inclusão e cidadania foram vários processos e lutas para educar indivíduos com necessidades especiais.

3 REFLEXÕES EM TORNO DA ORIGEM POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO BRASIL

A Educação Especial no Brasil em sua gênese tinha como característica principal uma forma de atendimento médico como se todos os alunos possuíssem as mesmas necessidades educacionais específicas. No entanto, com as transições políticas essas perspectivas vão sendo desmistificadas. Este capítulo tem como objetivo proporcionar ao leitor uma leitura crítica significativa sobre elementos importantes dos Marcos Históricos da Educação Especial no Brasil.

A História da Educação Especial no Brasil vem surgir no século XIX através de conhecimentos trazidos por alguns brasileiros vindos da Europa e Estado Unidos da América.

Chegando ao Brasil começaram se organizar para prestar esses serviços aos cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Essas iniciativas foram caracterizadas como particulares isoladas, visto que a perspectiva política de atendimento ao sujeito especial era desconsiderada face aos interesses familiares que predominavam no processo de atendimento.

Foi no período Imperial que nossa Constituição do ano de 1824 conferiu que a educação seria um direito sagrado para todos os brasileiros e esse direito esteve presentes nas Constituições seguintes nos anos de 1934, 1937 e 1946.

Para mostrar tamanha importância da educação a Assembléia Geral das Nações Unidas vem aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos no ano de 1948 dando ainda mais segurança para que as oportunidades fossem concedidas por uma educação para todos.

A fundação do Instituto Nacional dos Meninos Cegos teve a contribuição de um brasileiro que já estudava sobre o tema no Instituto em Paris e com sua grande experiência, José Álvares de Azevedo começou a dar aulas particulares a filha do Dr. José F. Xavier Sigau, médico da corte imperial, a partir daí surgem iniciativas oficiais, particulares e isoladas, pois, o ensino era oferecido a um membro oficial da corte, sendo assim essas aulas não eram para todos, mas para os privilegiados.

José Álvares de Azevedo com sua influência na corte convenceu o então Ministro, Couto Ferraz, a promover junto com o Imperador D. Pedro II a criação do Instituto dos Meninos Cegos, esta iniciativa marca a origem da educação especial no Brasil enquanto política institucional. Refletindo a gênese da Educação Especial no Brasil podemos tecer compreensões de como essa modalidade de ensino possui métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais.

Tais educandos, também denominados de “excepcionais”, são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de “alunos com necessidades educacionais especiais”. Entende-se que tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida. (MAZZOTTA, 1996, p. 11).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) as necessidades educativas especiais diz respeito a uma irregularidade da estrutura ou da aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, seja qual for a sua causa; em princípio, a deficiência constitui uma oscilação orgânica. Com isto se faz necessário a modalidade de ensino

denominada educação especial, que tem com princípio atender os alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

Ainda com base na gênese da Educação Especial no Brasil consideramos que as experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos influenciou o Brasil no século XIX a organizar atendimento, na cidade do Rio de Janeiro, para cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, reafirmamos que este trabalho era isolado e refletia o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências.

Segundo Mazzotta (1996), a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Após este momento é possível perceber dois períodos distintos na evolução da educação especial no Brasil. No primeiro período, de 1854 a 1956 encontramos iniciativas oficiais e particulares isoladas.

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século XIX. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. (MAZZOTTA, 1996, p. 28).

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos sofreu algumas alterações ao longo do tempo por questões políticas. Em 17 de maio de 1890 o governo republicano alterou o nome do instituto para Instituto Nacional dos Cegos. Mais tarde em 24 de janeiro de 1891 através do Decreto nº 1.320 a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao ilustre professor de matemática Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Três anos após a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, D. Pedro II fundou em 26 de setembro de 1857 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em ambos os institutos foram colocadas oficinas para a aprendizagem de ofícios, como por exemplo tipografia, encadernação, tricô e sapataria.

Grandes conquistas foram geradas após a abertura dos institutos pioneiros no Brasil, Mazzotta (1996) nos mostra a aquisição do primeiro livro impresso em braile para os cegos, no ano de 1946. Em 1929 foi fundado o Instituto Santa Terezinha que atendia os deficientes auditivos. Fundado em 1954 temos o Instituto Educacional São Paulo que também atendia deficientes auditivos. O atendimento escolar para deficiente físico foi gerado na Santa de Casa

Misericórdia de São Paulo, no ano de 1931 pela professora Carmem Itála Sigliano. Havia também instituições particulares como o Lar-Escola São Francisco que foi fundado em 1943 e tinha como objetivo a reabilitação de deficientes físicos.

Outra associação importante fundada em 1950 foi a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), está por sua vez ainda persiste até os dias atuais com o mesmo nome e recebe apoio financeiro da sociedade. Para os deficientes mentais foi criado por um casal, Tiago e Johanna Wurth, em Porto Alegre, no ano de 1926 o primeiro Instituto Pestalozzi na cidade de Canoas. Em 1954 outra importante associação foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade do Rio de Janeiro e continua exercendo atualmente atendimentos para deficientes mentais.

Já no segundo período que se deu no ano de 1957 a 1993 encontramos iniciativas oficiais e de âmbito nacional. O governo federal assumiu o atendimento educacional aos excepcionais com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim, instituindo ações específicas para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, visual e mental. Neste período também a educação especial apareceu na política educacional brasileira. Abaixo citaremos as campanhas instituídas pelo governo federal, conforme Mazzotta (1996):

- CESB: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (1957);
- CNEC: Campanha Nacional de Educação de Cegos (1960);
- CADEME: Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (1960);
- CENESP: Centro Nacional de Educação Especial (1972);
- SESPE: Secretaria de Educação Especial (1983);
- SENEb: Secretaria Nacional de Educação Básica (1990);
- DESE: Departamento de Educação Supletiva e Especial (1990);

Mesmo diante das iniciativas governamentais o estado reconhece a importância das ações não governamentais como a Sociedade Pestalozzi e a APAEs para a sociedade.

Consideramos com esta revisão bibliográfica que a história da Educação Especial no Brasil possui raízes dolorosas que até a contemporaneidade alimentam preconceitos e discriminações. Pelo menos até o final do século XIX, costumes e informações vindas da Europa fortaleciam o culto à exclusão. O abandono de crianças com necessidades educativas especiais nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, que acabavam sendo devoradas por cães ou acabavam morrendo de frio, fome ou sede. A criação da “roda de

expostos” em Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início a institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas.

Neste resgate histórico resgatamos também informações pertinentes ao Hospital Juliano Moreira em Salvador, Bahia, fundado em 1874 é considerado como a primeira instituição para atendimento às pessoas com deficiência mental. A influência da Medicina na educação destas pessoas perdurou até por volta de 1930. Arelada aos pressupostos higienistas da época, o serviço de saúde do governo orientava o povo para comportamentos de higiene e saúde nas residências e nas escolas.

Dentro desse princípio, a deficiência mental foi considerada problema de saúde pública e foi, então, criado o Pavilhão Bourneville, em 1903, no Rio de Janeiro, como a primeira Escola Especial para Crianças Anormais. Mais tarde, foi construído um pavilhão para crianças no Hospício de Juquery. A Medicina foi sendo gradualmente substituída pela Psicologia e a Pedagogia. Agora não mais mortos ou abandonados, mas institucionalizados. Entretanto, tais iniciativas aconteciam nos grandes centros. No geral, as crianças com necessidades educativas especiais continuavam sendo cuidadas em casa ou institucionalizadas.

Durante as primeiras décadas do século XX, o país vivenciou a estruturação da República e o processo de popularização da escola primária. Neste período, o índice de analfabetismo era de 80% da população. Surge o movimento da “escola-nova”, que postulava: a crença no poder da educação como ponto de transformação social, o interesse por pesquisas científicas, a preocupação em reduzir as desigualdades sociais e estimular a liberdade individual da criança. O ideário da “escola-nova” permitiu a penetração da Psicologia na Educação, resultando no uso de testes de inteligência para identificar as crianças com necessidades educativas especiais.

A influência do movimento escolanovista na Educação, no nosso país, ainda que defendesse a diminuição das desigualdades sociais, ao enfatizar o estudo das diferenças individuais e a proposição de ensino adequado e especializado, acabou contribuindo para a exclusão dos diferentes das escolas regulares.

Até mais da metade do século XX, o atendimento à pessoa com necessidades educativas especiais foi implementado através da institucionalização, da implantação de escolas especiais mantidas pela comunidade e de classes especiais nas escolas públicas para

os variados graus de deficiência mental. Houve, também, pouca preocupação com a conceituação e a classificação da deficiência. Os critérios de seleção eram vagos, baseados em desempenho escolar ruim. Para exemplificar o texto acima:

Em 1949, havia cerca de 40 estabelecimentos de ensino para pessoas com deficiência mental no país. Desses serviços, 27 estavam nas escolas públicas e os demais eram instituições particulares ou beneficentes. Em 1959, o número de instituições para pessoas com deficiência era de 190 e, destas, 77% eram públicas. (RODRIGUES, 2008, p.15)

Como o sistema público não dava conta da demanda, observou-se, a partir de 1960, o crescimento das instituições de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que ofereceriam atendimento aos casos mais graves de deficiência mental.

Também, por volta de 1960, inicia - se o movimento sobre educação popular, a tão falada “educação para todos”. Ao estender a possibilidade de matrícula às classes populares, sem que as condições de ensino fossem reestruturadas, o índice de evasão e reprovação cresceu. A partir daí, começa a surgir a equação entre o fracasso escolar e a “deficiência mental leve” com a implantação maciça de classes especiais nas escolas públicas para solucionar o problema.

Por volta de 1970, havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial no Brasil. Em junho de 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), o primeiro órgão oficial para definir a política de Educação Especial no país, ainda que houvesse nos seus planos uma tendência em privilegiar a iniciativa privada, marcadamente assistencialista, em detrimento dos serviços públicos de ensino especial.

Em 1986, é criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) que tem como objetivo coordenar as ações em Educação Especial. As Diretrizes da Educação Especial, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, de 1987, indicava que “[...] o aluno excepcional deve ser integrado no processo educacional comum para que possa utilizar-se, da melhor maneira possível, das oportunidades educacionais oferecidas aos alunos em geral”.

O que se observava, no entanto, era a retirada de crianças do ensino regular, encaminhando-as para o ensino especial. Nessa época, o encaminhamento da escola comum para os serviços especiais definia o caminho para a segregação e a exclusão do sistema regular:

- a) Durante os primeiros meses, o professor identificava aquelas crianças que, segundo suas crenças ou expectativas, iriam fracassar;
- b) Já que eram incapazes, eram encaminhadas para avaliação psicológica ou médica que legitimava o rótulo estabelecido previamente pelo professor;
- c) Eram, então, colocadas nas classes especiais, com a chance mínima de retorno ao sistema escolar regular.

O aluno tornava-se, então, responsável por um problema que não era dele, mas do sistema educacional. As avaliações dos alunos feitas por profissionais fora do sistema escolar (médicos e psicólogos) desconsiderava a história escolar da criança, utilizando-se de um instrumental fora do contexto escolar. Em resumo, essa forma de lidar com aqueles alunos que não conseguiam se apropriar dos conteúdos apresentados pelo professor, mascarava a incapacidade do sistema de lidar com as diferenças individuais, com a heterogeneidade da sua clientela. Havia um aspecto social determinante nessa atuação: as crianças que fracassavam eram, em sua maioria, provenientes de famílias de baixo nível sócio-econômico.

Em 1988, a Constituição traça linhas mestras visando a democratização da educação brasileira. Em 1989, a Lei Federal nº7853 – que institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes – no item da Educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível, com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem e suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno.

Em 1990, o Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reitera os direitos garantidos na Constituição: atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994, dirigentes de mais de oitenta países se reuniram na Espanha, inclusive do Brasil, e assinaram a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação, determinando que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais.

Em 1996, a Lei Federal nº9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ajustou-se à legislação federal e apontou que a educação das pessoas com deficiência deve dar-se, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Em 1998, o MEC (Ministério da Educação) lança documento contendo as adaptações que devem ser feitas nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), a fim de colocar em prática estratégias para a educação de alunos com deficiência. E, em 2001, o Ministério publica as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Ainda que haja legislação que preconiza o atendimento às pessoas com deficiência, o mesmo não chega a 40% da população que necessita dos serviços especializados.

No entanto, a colocação de crianças com deficiência na rede pública tem aumentado, conforme o Censo Escolar do MEC/INEP (2006), passando, paulatinamente, a responsabilidade desse atendimento para as esferas municipais, estaduais e federais e não mais para as entidades beneficentes, mantidas com o auxílio da comunidade.

A situação atual da Educação Especial aponta para a inclusão como um avanço porque, em vez de focalizar a deficiência na pessoa, enfatiza o ensino e a escola, buscando formas e condições de aprendizagem, em vez de procurar no aluno a origem do problema, e o resultado desta nova visão é a possibilidade de uma escola deve prover recursos e apoios pedagógicos para que o aluno obtenha sucesso escolar; Ao invés do aluno ajustar-se aos padrões de “normalidade” para aprender, a escola deve ajustar-se à “diversidade” dos seus alunos.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Uma escola é inclusiva quando todos da equipe escolar – diretores, professores, secretaria, serviços gerais – participam ativamente desse projeto.

O aluno com necessidades educativas especiais, na convivência com seus pares da mesma idade, estimula seu desenvolvimento cognitivo e social, demonstrando maior interesse pelo ambiente que o cerca e apresenta comportamentos próprios para sua idade. O professor deve estar atento à interação estabelecida entre os alunos com e sem necessidades educativas especiais, promovendo, não só as aprendizagens acadêmicas, como o relacionamento entre

eles e o aumento da autoestima da criança com necessidades educativas especiais, auxiliando sua integração na classe. A segregação ou integração depende do tipo de relação estabelecida entre a pessoa com necessidades educativas especiais e aquela que não a apresenta.

Esta pesquisa se inquieta com a tendência de professores e alunos de classes regulares em aceitarem a inclusão tendo em vista o sujeito com deficiência, buscamos informações sobre esses processos e práticas pedagógicas.

Reafirmando que as pessoas com necessidades educativas especiais têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;

A Educação ela é transformadora de uma sociedade seja ela qual for sendo assim nosso país tem sua base curricular que é a LDB – Lei Diretrizes e Base que foi criada em 1996 para Educação, ela é a responsável pela organização da educação no país. Estando ela responsável por organizar os currículos educacional da Educação Básica a Educação Especial promovendo formação de todas as pessoas sem distinção.

A Educação é um direito de todos sem exceção qualquer que seja, a nossa Constituição Federal deixa claro que é dever do Estado e das famílias promover a educação para todos níveis sendo criança, adolescente e jovens possibilitando que aprendizagem seja igual perante a todos.

Como Marco Legal contemporâneo destacamos: A Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência sob nº 13.146/2015 que entra em vigor no nosso país em 06 de julho do ano de 2015, essa lei garante direitos. Então no capítulo IV ela aborda o direito da Educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de

serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (BRASIL, 2015).

Paralelo a Lei da Inclusão destacamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ano 2016 que foi desenvolvida para que todos os alunos possam desenvolver de forma continuada o aprendizado seguindo suas etapas da Educação Básica para uma melhor formação e fixação dos conteúdos. Ela fica responsável para formação dos currículos da educação sendo Ensino infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio até os ensinos das Universidades e também se estende a Educação particular assim sendo responsável pela Educação em todo país. O que percebemos nesse estudo é que a educação especial continua sendo negada a segundo plano, infelizmente a BNCC não aborda um discurso profundo de reflexão de prática, para a Educação Especial.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BNCC, 2016, p.25).

Como podemos perceber do período Imperial até a contemporaneidade a Educação para sujeitos com necessidades educativas especiais apresenta uma série de fragilidades do ponto de vista político-institucional que nos movimenta a percorrer estudos no sentido de trilhar caminhos fortalecedores para as práticas de cidadania no contexto de vida daqueles que muito precisam da educação.

4 ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O ensino de história em uma perspectiva inclusiva contemporânea procura priorizar as experiências culturais e sociais dos educandos para que estes a partirem delas possam fazer uma análise da sociedade em sua volta e com isso ir desenvolvendo processualmente a sua consciência cidadã. O ensino inclusivo requer uma mudança na metodologia, pois, os métodos tradicionais que enfatizam datas e visões alienadas de figuras históricas não contribuem para o avanço da consciência reflexiva coletiva que é essencial para o ato inclusivo.

Na cidade de Conceição do Coité, espaço social e histórico, eleito para realização deste estudo científico é fácil perceber que a educação vai desenvolvendo e com isso a

tentativa do ensino inclusivo torna-se um desafio cotidiano. Os professores de história na realidade observada, vêm tendo mais orientações com as jornadas pedagógicas, que são alguns períodos de estudos, em que se faz planejamentos de ensino e elaboração de projetos, isso ocorre entre eles e demais profissionais da educação, como por exemplo, os gestores educacionais. Estas jornadas proporcionam trocas de idéias que conseqüentemente irão ajudar a melhorar a educação e tornar possível o desafio da inclusão.

Como a Base Nacional Comum Curricular em vigência no Brasil nos orienta que o ensino precisa se aproximar da realidade dos alunos e da sociedade onde vivem, os temas que antes eram trabalhados numa perspectiva isolada já começam a ser contextualizados pelos professores, em suas vivências pedagógicas cotidianas, oportunizando reflexões sobre o passado e seus impactos com o que estamos vivendo.

O vínculo entre ensino de história e cidadania é um processo histórico. Estudos científicos revelam que ainda prevalece a abordagem cívica pautada na formação conservadora de patriotas, uma herança viva da tendência pedagógica tradicional. A BNCC no que concerne ao ensino de história, sinaliza a necessidade de se discutir possibilidades de um ensino crítico voltado para a formação de uma cidadania autônoma que prepare os jovens para participar da sociedade e decidir com liberdade sobre que futuro quer para si e para o mundo. Diante de tal desafio, um questionamento se faz oportuno: como promover a autonomia de crianças e jovens que estão no mundo convivendo com as necessidades educativas especiais?

Tal questionamento nos ajuda a pensar sobre os desafios e perspectivas do ensino inclusivo público ofertado em salas de aula de história, no município de Conceição do Coité, que como o resto do Brasil está envolto em fragilidades políticas que causam impactos diretos na qualidade do ensino, o que caracteriza sérios problemas de natureza pedagógica que dificultam a inclusão. Diante de tais questões o ensino inclusivo ainda precisa ser revisto e melhorando, pois, por mais que os professores e outros agentes da educação se dediquem, ainda há muito que ser feito sobre a educação especial no Brasil. Um elemento que precisa ser questionado diz respeito a como são selecionados os conteúdos de história para melhorar a forma de aprendizado dos alunos e conseqüentemente desenvolver, sua autonomia e consciência cidadã, como sinaliza Bittencourt:

Atualmente, uma das maiores dificuldades dos professores de História é selecionar os conteúdos históricos apropriados para as diferentes situações escolares. A autonomia do trabalho docente inclui, entre outros aspectos, a

escolha dos conteúdos históricos para as diferentes salas de aula. Trata-se optar por manter os denominados conteúdos tradicionais ou selecionar conteúdos significativos para um público escolar proveniente de diferentes condições sociais e culturais e adequá-los a situações de trabalho com métodos e recursos didáticos diversos. (BITTENCOURT, 2011, p. 137)

A autora em questão nos ajuda a compreender que a seleção dos conteúdos em história é muito importante, por despertar a curiosidade crítica em relação aos acontecimentos políticos e sociais, que interferem diretamente na vida de cada ser humano e suas conexões temporais

A história pode ser concebida como narrativa de fatos passados. Conhecer o passado dos homens é, por princípio, uma definição de história, e aos historiadores cabe recolher, por intermédio de uma variedade de documentos, os fatos mais importantes, ordena – lós cronologicamente e narra – lós. (BITTENCOURT, 2011, p. 140).

Se não temos conhecimento do frágil passado referente a educação de pessoas com necessidades educativas especiais no Brasil, não temos recursos para entender nosso desafiante presente e nem nosso futuro, pois todos estão de qualquer maneira interligados um com outro, como diz o renomado historiador francês René Rémond (1988, p. 30), na obra, A introdução da história do nosso tempo “É impossível compreender seu tempo para quem ignora todo o passado; ser uma pessoa contemporânea é também ter consciência das heranças, consentidas ou contestado” (apud BITTENCOURT, 2011, p. 155)

Aprender história numa perspectiva inclusiva pode ser uma oportunidade para a compreensão do tempo e, em particular, para a luta por um futuro social de equidade e justiça, aqui no Brasil e com isso ser uma arma para a liberdade, para a formação de uma cidadania livre e solidária, para tanto os conteúdos didáticos ofertados e vivenciados em aulas de história na sala de aula inclusiva, são essenciais para a corporificação de um ensino libertador.

A Educação Inclusiva no Brasil ainda passa por algumas dificuldades, pois, ainda ocorrem poucos avanços no que se refere ao ato de incluir o aluno especial na rede regular. A primeira barreira para esta inclusão é o próprio sistema educacional do nosso país, que desde a sua criação não foi pensado para acolher a diversidade. Para Mantoan,

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o

subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2003, p. 13)

Ensinar história para crianças e jovens com necessidades educativas especiais é acima de tudo um ato político que requer de todo sistema escolar uma mudança de posturas nos seus cotidianos pedagógicos: os comportamentos afetivos, dialógicos e culturais, revisões curriculares ao alcance do entendimento de todos os docentes, formação docente continuada, diálogos efetivos entre comunidade escolar, famílias e órgãos públicos de controle e acompanhamento dos serviços educativos.

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. Chegamos a um impasse, como nos afirma Morin (2001), pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições. (MANTOAN, 2003, p.14)

Mantoan, sugere uma reforma política de corpo, alma e procedimentos, para que o dia a dia inclusivo seja real nas instituições escolares, permitir o acesso e a permanência dos “diferentes” nas aulas de história não é sinônimo de inclusão, pois esta, se configura em cotidianos dialógicos e atitudinais, que constroem aprendizagens significativas, respeitando o tempo de aprender e se desenvolver, que é inerente a cada sujeito.

Nessa perspectiva acreditamos que o aluno de história na educação especial é um sujeito social, de direitos e de deveres e que as propostas de atividades e a interação com o outros se configuram como oportunidades de aprendizagem significativa ao curso de seu desenvolvimento cognitivo e emocional, o que é determinante para a prática pedagógica inclusiva como forma de combate ao preconceito e discriminação, pois, ensinar história precisa ser um ato inclusivo que aponte a transformação de uma sociedade com ideias preconceituosas, o que requer a participação de todos os estudantes nos desafios cotidianos.

A ampla legislação brasileira assegura que o movimento pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Com a LBD (Lei e diretrizes de base da educação) Lei nº 9.394/96 as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças no ensino regular. O processo de inclusão gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no

ensino regular de alunos que fazem parte do grupo de educandos atendidos pela educação especial na perspectiva de educação inclusiva, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, desta forma inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A Educação inclusiva favorece a diversidade à medida que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência à todas as crianças e jovens. A educação inclusiva deve ser um espaço para todos, e assim favorecendo a diversidade a todos, na medida que compreendemos que cada um tem sua especificidade em algum momento de sua aprendizagem.

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira e contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

Outra questão que é fundamental salientar é a postura atual dos sistemas públicos que através de ações políticas restritas e alienantes consideram que é só melhorar estruturas das escolas, como colocar rampas, corrimão, arrumar salas de aula e banheiros adaptados e que com isso consegue realizar a inclusão, bem verdade que isso tudo faz parte da inclusão, porém não só isso, pois a mudança deve acontecer também nas práticas como a forma de ensinar os conteúdos aos alunos e além disso deve existir integração entre a escola, sociedade, família para que dessa forma aconteça a educação de fato e de direito assegurando a aprendizagem, desenvolvimento, autonomia e competências para vivências no conturbado mundo social.

A temática da inclusão nos remete a vários conceitos, definições e certas características dos alunos e alunas, que caracterizam as necessidades educativas especiais. O processo de inclusão pode se dar, por exemplo, por meio da Educação Especial. Essa modalidade de ensino está prevista na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDBEN) e em diversos documentos e legislações nacionais em vigor no Brasil.

É importante destacarmos quem são os alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Segundo a LDBEN, entre outros documentos, são os estudantes com necessidades educativas especiais, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e os que possuem altas habilidades ou superdotação.

Há uma política já bem estabelecida de inclusão desses estudantes nas escolas regulares. Essa política é fundamentada em diversos documentos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), além das já citadas CF e LDB, entre outras. Com base nessas legislações e documentos, como se pode fazer a inclusão desses alunos em salas de aulas de ensino de história? Como base nessas inquietações a pesquisa busca compreender o ambiente pedagógico observado e contribuir para reflexões em torno da prática pedagógica autônoma construída em vivências de ensino de história inclusiva.

Ressaltamos nesse estudo a relevância do papel docente para a realização do ensino inclusivo, o que já acontece em algumas realidades brasileiras, a presença de professores especializados que trabalham nas salas de recursos multifuncionais oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos público-alvo da Educação Especial no contraturno de sua presença na sala regular. Os professores regentes, os gestores e os funcionários das escolas devem procurar esses profissionais para estabelecerem conjuntamente as estratégias didáticas e de mediação pedagógica adequadas para apoiar a inclusão desses alunos no cotidiano pedagógico e social da escola. Parceria e colaboração são palavras-chave para que a inclusão seja efetiva no contexto escolar, garantindo acesso, permanência e participação.

Os processos de inclusão educacional são diversos, podendo ser, por exemplo, adaptação de material em áudio, braille ou caracteres ampliados; adequação de um objeto (engrossar um lápis); ajustar um mobiliário (aumentar ou diminuir sua altura ou inclinação); adequar um conteúdo; adaptar uma atividade (promover jogos com bolas com guizos na Educação Física), entre muitas estratégias e procedimentos.

Todos esses recursos e estratégias podem, preferencialmente, ter a orientação e a participação de profissionais especializados, mas o imprescindível é que a inclusão dos alunos

público-alvo da Educação Especial, e não somente deles, seja um processo que envolva todos, desde os funcionários, passando pelos colegas, docentes, gestores da escola e órgãos centrais. A inclusão é um processo em constante construção, de todos para todos.

A nossa Constituição Federal deixa claro que todos têm direito a educação seja ele quem for, sem discriminação de sua origem, raça, sexo, cor, idade e necessidades educativas especiais. Isso já seria suficiente para não haver problemas em aceitar os alunos de quaisquer necessidades especiais sejam quais forem.

Apenas esses dispositivos já bastariam para que não se negasse a qualquer pessoa, com ou sem deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno. Mas um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental e os casos de autismo. (MANTOAN, 2003, p. 22)

No que se trata de direitos e no que se trata de inclusão esse atendimento tem que ser feito nos anos iniciais da educação infantil até a universidade, mas infelizmente muitas das vezes não são feitas quase em nenhum estágio do ensino.

Na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral. (MANTOAN, 2003, p. 23)

E para que seja feito essa inclusão a formação dos nossos professores tem que sofrer alterações para que se tenha uma formação mínima de como atuarem em suas salas com alunos especiais.

Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. (MANTOAN, 2003, p. 25)

As estruturas de avaliações devem ser modificadas para que se tenha uma nova forma de avaliar o que foi proposto ao aluno para com isso, saber se ele está de verdade aprendendo com as metodologias. Seria necessário fazer uma nova forma de avaliação que contemple os alunos e seus conhecimentos aprendidos.

O acesso a todas as séries do ensino fundamental (obrigatório) deve ser incondicionalmente garantido a todos. Para tanto, os critérios de avaliação e de promoção, com base no aproveitamento escolar e previstos na LDB de 1996 (art. 24), devem ser reorganizados, de forma a cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e à permanência na escola básica, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (MANTOAN, 2003, p. 25)

A transformação que tanto queremos para o ensino tem que partir de todos e principalmente dos professores que são responsáveis por transformar vidas, e dar sonhos aos seus alunos para que tenham um futuro melhor.

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais. (MANTOAN, 2003, p. 29)

Para chegarmos o que tanto queremos temos que buscar apoio dos que convivem com esses alunos especiais ou não especiais, ou seja, os pais e a família, pois são partes importantes para que a educação seja transformadora para seus filhos, dando assim o que é de direito a todos.

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu. (MANTOAN, 2003, p. 30)

A escola é muitas das vezes o único espaço que se tem para aprender sobre a vida e o mundo. Os alunos encontram na escola oportunidade de mudar suas vidas e de suas famílias, por isso a inclusão é necessária e importante para a nossa sociedade.

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003 p. 30)

A inclusão abre a oportunidade para um mundo de igualdade, isso faz uma sociedade mais humana caminhando para o caminho da tolerância e do respeito uns para com os outros, ela proporciona um mundo de novas oportunidades e avanços.

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos temporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (MANTOAN, 2003, p. 30)

A inclusão é possibilidade de aprender, porém, não existe um modelo específico de realizar, com isso, é necessário respeitar o modo de cada um, seus os limites, o seu tempo de aprender, fazendo assim, que a educação aconteça, tudo isso em um processo que permita de fato que o aprendizado ocorra aos poucos sem pressa

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2003, p. 36)

Ainda há uma dificuldade em aceitar a Inclusão para que assim haja uma educação de qualidade e para todos. Um dos primeiros passos será rever o ensino, as práticas pedagógicas que são aplicadas e a formação dos professores que devem ser contemplados com disciplinas voltadas para a inclusão, pois para realizar a inclusão os professores tem que ter conhecimento e instrumentos para tal. Sabemos que a Educação especial é um termo que ainda é muito novo para nossa sociedade apesar de que ela é uma necessidade que vem de longos anos, mais que, felizmente vem tomando mais expressão na atualidade, pois a cada dia o mesmo está sendo exposto na convivência da rede regular de ensino.

5 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos como abordagem metodológica o **estudo de caso**, por entendermos como um método de pesquisa ampla sobre um assunto específico, que nos permitiu aprofundar o conhecimento sobre ensino de história na perspectiva inclusiva e nos ofereceu subsídios para novas investigações sobre a temática em questão.

No livro Estudo de Caso: Planejamento e Métodos, o cientista social Robert K. Yin define o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que responde às perguntas “como” e

“por que” e que foca em contextos da vida real de casos atuais. Também o considera como uma investigação empírica que compreende um método abrangente, com coleta e análise de dados.

Como instrumentos de colheita de dados, foram utilizados, questionários e vivências de observação na escola-campo de pesquisa. Sendo o estudo de caso um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado e o seu caráter único, consideramos essa abordagem de pesquisa científica como uma oportunidade de aquisição de conhecimentos mediante explorações intensa do ensino de história na perspectiva da inclusão.

6 MUNICÍPIO ONDE OCORREU O ESTUDO: ALGUMAS INFORMAÇÕES

Conceição do Coité é um município brasileiro do estado da Bahia. Localizado na Mesorregião do Nordeste Baiano e na Microrregião de Serrinha. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2018, era de 66 191 habitantes.

História: Segundo a tradição, o arraial de Coité originou-se de pouso de tropeiros que se deslocavam de Feira de Santana rumo à Jacobina que dividiam a jornada, descansando num local onde havia fonte que, mesmo no período da estiagem, jorrava. A água desta fonte era utilizada pelos tropeiros para consumo próprio e para matar a sede dos animais da tropa.

Assim surgiu o arraial que tomara a denominação Coité, porque os tropeiros pernoitavam sob o abrigo de uma árvore, cujos frutos eram pequenas cabaças que, no idioma primitivo, recebiam o nome de ‘Cuíte’ (pequena cuia) a qual, serrada no meio era utilizada pelas donas de casa.

Para que o arraial fosse elevado à categoria de freguesia seria necessária a doação de terras ao Santo padroeiro. Então o Senhor João Benevides, antigo morador da povoação e proprietário de muitas terras, doou uma área onde está edificada a igreja de Nossa Senhora da Conceição, e grande parte do município. Pode-se afirmar, portanto que Conceição do Coité foi fundada pelo senhor João Benevides e família no através da Lei Provincial nº 539, de 9 de maio de 1855. Com a criação da freguesia, o povoado de Coité recebeu o seu primeiro padre, Manoel dos Santos Vieira. Pelo Decreto nº 8.528 de 7 de julho de 1933, o município de Coité tornou-se autônomo, mas só a partir de 1º de março de 1966 tem a sua própria comarca.

Na condição de Arraial, Conceição do Coité teve implantado serviços cartoriais que eram conduzidos, no século XIX, pelo escrivão Raimundo Nonato do Couto, responsável pela lavratura de diversas escrituras de alforrias de negros libertos.

Características gerais: Possui uma área de 1.086,224 km², estando localizada na zona fisiográfica do nordeste, ao leste da Bahia, na microrregião de Serrinha. A sede do município esta a 380m acima do nível do mar. O município de Coité limita-se em Serrinha (ao sul), Retirolândia (ao norte), Araci (ao leste). Riachão do Jacuípe (ao oeste), Ichu (ao sudeste), e Santa Luz (a noroeste).

A maior parte do terreno coiteense é plano, por isso, podemos dizer que seu relevo predominante é planície, sendo seu ponto mais alto o do Morro do Mocambo com 100 m de altura.

O município é bem desenvolvido, e conta com o sistema telefônico DDI (discagem direta internacional), sinal de televisão, tendo a TV Cultura do Sertão como única emissora do município. Possui também as emissoras de rádio: Rádio Sisal (900 AM) e Rádio Sabiá FM (92,1).

A rodovia do sisal, inteiramente asfaltada, facilita os transportes para todos os grandes centros do país. O município também é servido pela estrada de Ferro Leste Brasileiro que passa pelo distrito de Salgadália.

A sede do município de Conceição do Coité é plana, arborizada, possui praças e ruas pavimentadas. Possui rede de esgoto e água encanada. Sua feira semanal ocorre as sextas-feiras, atraindo feirantes de outros municípios. Como principais eventos festivos, a cidade conta com a micareme/micareta, que teve sua origem na Páscoa de 1923, e a festa em louvor a Nossa Senhora da Conceição, que se estende de 29 de novembro a 8 de dezembro, a semana dos evangélicos que tem com feriado municipal dia 23 de setembro. Esses eventos constituem os principais eventos festivos tradicionais da cidade de Conceição do Coité.

Quanto às atividades econômicas, o município se destaca com o cultivo do sisal, sendo o principal explorador da região. Além do sisal, cultiva-se a mandioca o feijão e o milho. Apesar de não ser desenvolvida, na pecuária destaca-se a criação de bovinos, equinos, caprinos, ovinos e aves.

A industrialização também se desenvolve no município, além de beneficiamento da fibra e na fabricação de mantas, fios e cordas de sisal, fabricas de fios e cordas sintéticas, calçados, água sanitária, velas, bebidas, sacos, sacolas, refrigerantes, torrefações de café e confecções, etc. A industrialização contribui de forma significativa para o comércio.

No setor educacional o município conta com escolas de 1º e 2º Graus, publicas e particulares, além da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que conta com os cursos de

Comunicação Social com ênfase em Rádio, História (Licenciatura), Letras Língua Portuguesa e Letras Língua Inglesa (ofertado a partir de 2004), e faculdade particular (FARESI, FTC, EADCOM) e cursos de pós-graduação.

No aspecto religioso, o Cristianismo é a religião predominante, entretanto nas suas variações, encontra-se templos: batistas, assembleianos, avivalistas, congregacional, pentecostal, neopentecostais, espírita, umbandistas, candomblé, ateus e católicos e simpatizantes etc...

Uma das religiões que mais tem crescido no município é a Assembléia de Deus, igreja de cunho protestante, inserida no universo pentecostal. A referida denominação possui cerca de 3.000 (três mil) fiéis, espalhados por todos os povoados. O templo central encontra-se localizado na rua Theognes Antônio Calixto, em frente à Rodoviária e é tido como uma Cartão Postal da cidade, pelo seu projeto arquitetônico arrojado.

No dia 23 de setembro é celebrado o dia da cultura evangélica, evento inserido no calendário oficial do município e que já faz parte da tradição há mais de quinze anos.

Cultura: O município é mãe de notáveis Poetas que já se destacaram no cenário estadual e nacional. Entre eles, Carlos Neves, que é cordelista, palestrante, escritor, poeta, pesquisador cultural, intelectual, enfim, um expoente da cultura Coiteense. Recentemente lançou um notável livro em Brasília, juntamente com o Palhaço Plim Plim. O título do livro é "O palhaço do circo quadrado", nele os autores denunciam a injustiça sofrida pelo palhaço Plim Plim. Carlos Neves exprime sua impressão através do cordel. E quem marca a nova geração é o poeta Éder Carneiro Cardoso e Silva, poeta singelo, que não se classifica em apenas uma categoria literária, mas que expõe na poesia todas as sensações da vida. Já participou de Antologias Poéticas, a primeira foi lançada em Salvador, no Centro de Convenções, através da editora Litteris-RJ. O poema "Pontual" e "Abolição Já" já foi recitado respectivamente em Porto Alegre, na Casa de Cultura Mário Quintana, e em São Luis, no Centro de Cultura Negra.

Também no aspecto da contribuição histórica, a escritora Clari Couto, graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana tem sido referência para teses de especialização e mestrado em diversas universidades brasileiras, com sua obra Orar e vigiar: o poder disciplinador da religião como representação do pecado na AD de Conceição do Coité, 1970 a 1990. UEFS. 2001.

6.1 O Contexto observado: reflexões sobre a prática pedagógica observada

Nesta sessão apresentaremos ao leitor possibilidades de reflexões obtidas nas vivências de pesquisa realizadas na Escola Eustórgio Pinto Resedá construída pela observação e coleta de dados sobre o cotidiano pedagógico de uma turma de 6º ano do ensino fundamental. Este trabalho teve como força motriz as experiências tecidas no componente curricular de 60 horas ofertado na licenciatura em história, educação inclusiva, cuja ementa nos encaminha a refletir sobre a possibilidade de inclusão do indivíduo com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. O despertar pelas dimensões política, legislativa, pedagógica, histórica e social do complexo universo da inclusão no Brasil vai se desenhando e ampliando provocações mediante as experiências vivenciadas no campo de pesquisa.

O espaço histórico e social de consolidação desta experiência científica é o município de Conceição do Coité no nordeste da Bahia. Fontes históricas revelam que essa cidade surgiu através de desbravamento e de terras colonizadas em tempos bem distante. Hoje a cidade de Conceição do Coité conhecida como capital do sisal, já que na referida cidade a cultura do sisal é bastante forte, sendo assim, base da economia que sustenta o comércio e muitas famílias, pois o sisal produzido é exportado para outros locais. Coité é uma cidade desenvolvida e organizada e por isso atrai muitas pessoas de fora que vem em busca de trabalho, visto que se encontram instaladas algumas empresas de grande porte que de certa forma proporciona vaga de emprego para um número considerável de pessoas.

A realização da pesquisa na Escola Eustórgio Pinto Resedá no ensino fundamental II corporeificou-se no ano letivo de 2019 em uma turma do 6º ano, pois, no seu contexto havia dois alunos com necessidades educativas especiais, para melhor situar o leitor apresentaremos na sessão seguinte, reflexões sobre o campo de pesquisa.

6.2 O Campo de pesquisa

A Escola Eustórgio Pinto Resedá foi fundada, sob portaria 2348 do Diário Oficial 11 e 12 do ano 1981, a referida escola funcionava no Colégio Wercelencio Calixto da Mota que era particular e sedia suas salas de aula para a referida escola do estado, depois de um longo período a escola Eustórgio Pinto Resedá deixa de usar as instalações Wercelencio Calixto da Mota e ocupa as instalações do Florentino Pinto outra escola do município, a escola Florentino Pinto passa a não existir sendo agora o Eustórgio Pinto Resedá ocupar o espaço

definitivo sendo agora municipalizada. No Projeto Político pedagógico da atual escola o mesmo não traz as informações da troca da escola para este outro estabelecimento.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola referida anteriormente traz a missão da mesma que é:

“Oferecer um ensino com qualidade por meio de profissionais qualificados para garantir a satisfação e o atendimento e o aos requisitos de nossa clientela, direcionando nossos esforços para a formação de um ser humano completo que consiga ter uma idéia de mundo” (PPP, 2013).

A escola possui: 5 salas de aula, uma sala da direção e uma secretaria, uma sala dos professores, banheiros comum e banheiro com acessibilidade, além de uma quadra poliesportiva. No entanto não possui sala de coordenação e biblioteca. Atualmente a escola funciona em dois turnos, matutino e vespertino. A quantidade de alunos é em torno de 278 alunos, sendo os mesmos residente da zona urbana e rural do município. Dentre estes alunos, quatro alunos que frequentam o estabelecimento de ensino possuem necessidades especiais. Entre os quatro alunos uma é aluna do 6 ° ano A do turno matutino e a mesma possui deficiência física, outros 2 alunos são do 6° ano D e possuem deficiência intelectual e uma outra aluna é do 7° ano A do turno matutino e que também possui deficiência intelectual.

O corpo docente da escola relado anteriormente possui 11 professores concursados e 2 estagiários. No que se refere a formação acadêmica na área de História a mesma só possui uma professora formada na área, porém existe outra profissional que dá aula de História, no entanto realiza a tarefa apenas como complementação de carga horária, não possuindo formação na área. Os professores são bem receptivos, porém demonstram dificuldades para trabalhar com os estudantes com necessidade especiais, que se revelam no desenvolvimento e acompanhamento na sala de aula, bem como na adequação das atividades. A pesquisa revela que no que tange à Educação especial as duas professoras citada anteriormente, por exemplo, não possuem formação nesta área.

Outro ponto que dificulta a realização de uma educação inclusiva é o fato da escola não receber apoio para ajudar os alunos com necessidades especiais, não há ninguém que auxilie os professores, coordenação e nem direção para propiciar uma permanência destes alunos na escola. Por conta disso, não tem como se pensar uma educação especial sem suportes necessários já que, os professores sozinhos não conseguem desenvolver um bom trabalho frente os alunos com necessidades especiais.

Um ponto positivo para o processo educacional da escola como um todo é que como relata a Coordenadora Pedagógica da escola, existem alguns pais que visitam à escola tanto para participarem das reuniões pedagógica, quanto também quando a escola convoca ou até mesmo por livre e espontânea vontade para saber como o filho se encontra dentro da escola.

No que relata a Coordenadora da escola, a secretaria de Educação do município não ajuda de forma direta na educação inclusiva, porém existe no município os CRAS, o centro de atendimento especializado que auxilia as escolas que possuem estudantes com necessidades especiais quando estas solicitam sua ajuda. A coordenadora também fala, assim como a diretora, que falta espaços físicos e existe muitas salas de aulas lotadas o que dificulta um atendimento mais direcionado, além de faltar uma equipe de apoio e profissionais que os acompanhe diretamente no processo de aprendizado destes alunos com necessidades.

O que se podem dizer é que sem suporte necessário a inclusão não pode acontecer e se chegar a ser realizada não será nos moldes que deveriam ocorrer. Se a educação especial pensada não “sair do papel” ela vai ser esse tipo de inclusão sempre oferecida de como incompleta, pois falta investimento e compreensão do que realmente é uma educação inclusiva. Tanto a Coordenadora como a diretora acreditam na inclusão, porém não da forma como está sendo feita, sem condições para tal.

A partir das observações feitas na escola Eustórgio Pinto Resedá pode-se perceber que a mesma é pequena e possui salas medias com janelas só de um dos lados das salas. Uma grande lacuna que a escola possui é ausência de uma biblioteca, pois como sabemos é através dela que se pode realizar pesquisas e adentrar no universo da leitura. Outra ausência é a de uma sala de informática, já que, estamos na era digital, com isso sente-se a falta de uma sala informatizada para um melhor funcionamento do aprendizado.

Em observações feitas na sala de aula na disciplina de História pode perceber que a professora é uma profissional dedicada e comprometida com aprendizado dos seus alunos. A professora é formada em licenciatura em história e especialista em gestão de políticas pública gênero e raça pela Universidade Federal da Bahia. A referida professora exerce sua função em turmas do ensino fundamental. Como bem sabemos o ensino de História traz muitas informações que dá possibilidades aos alunos de pensar como estão vivendo. Nas observações feitas em sala de aula podemos perceber o poder da informação que a história possui, pois trata de nossas origens até nossos dias atuais.

Ensinar história é umas das disciplinas que exigem muita leitura e interpretações para que se possa compreender o contexto que estar escrito. A história se transforma e renova constantemente através do ensino. Para professora observada ensinar história: “É contribuir para a formação crítica e reflexiva dos sujeitos. É contribuir com a formação cidadã dos educandos.” (PROFESSORA, 2019)

Ser professor é abrir uma porta, é saber dar possibilidades para aqueles que buscam uma nova vida, que buscam ter conhecimento do que estar acontecendo em sua volta e no mundo. Exercer essa profissão se torna uma satisfação grande quando alçada.

A Educação Inclusiva abre portas para novas possibilidades de educação no nosso país, já que temos muitas crianças, adolescente e jovem que possui alguma necessidade especial em nossas escolas. Com isso, perguntei para os professores que o que eles acham que seja inclusão e uma professora me disse que inclusão é: “Integração do indivíduo ao espaço e às atividades”. (PROFESSORA, 2019)

Outro ponto que eu interroguei é que se existe uma inclusão do aluno especial na rede regular e se esses alunos são aceitos de verdade e a professora me disse o seguinte: “Não existe inclusão”. (PROFESSORA, 2019)

O ensino de história é um ensino que possibilita abrimos nossas mentes no que se refere a aprender e provocar nosso senso críticos para a realidade a nossa volta. Mas, será que de fato estamos realizando uma inclusão para que a história seja trabalhada com todo sem distinção. “Como já afirmei anteriormente, não existe inclusão. As metodologias adotadas não são capazes de promover inclusão”. (PROFESSORA, 2019).

A Inclusão é o sentido da educação, não há inclusão de alunos na rede regular de ensino sem que haja educação inclusiva para apoiar os alunos e ajudar os professores que muitos ainda nem sabem o que significa este termo, pois para muitos é um tema novo principalmente para algumas escolas que nunca tiveram alunos especiais. Mas, para que haja uma educação inclusiva de qualidade deve haver uma orientação pedagógica, mas infelizmente como relata a professora: “Para inclusão não, não há atividades específicas” (PROFESSORA, 2019).

Foi perguntado a professora como a forma de avaliar os alunos com necessidade educativa especial era inclusiva e como eram feitas “Não, porque se as aulas não são, as avaliações não conseguem atender sua finalidade. Com base nas orientações da secretária municipal.” (PROFESSORA, 2019)

A forma de avaliar o aprendizado vai muito de cada professor e suas orientações recebidas no ano letivo. De forma que cada um usa uma metodologia para avaliar seus alunos se aprendeu ou não o conteúdo passado para a turma. Dessa forma se possui vários métodos para avaliar. Pois como afirma a professora “Escrita, leitura, compreensão e interpretação” (PROFESSORA, 2019)

No que se fala incluir, a primeira pergunta que surge é sobre como os colegas da classe regular de ensino realiza o acolhimento para com esses alunos especiais em sua sala de aula. Como se dar essa forma de incluir eles em ambiente tão diferente? “Não há inclusão, mas não atribuo tal fato aos estudantes.” (Professora, 2019)

No que diz respeito a questão da inclusão este desafio ainda a vencer, uma luta constante por esse reconhecimento foi perguntada, o que fazer para chegue a todos? “Formação profissional; disponibilidade de profissionais que atenda esses estudantes.” (PROFESSORA, 2019)

Tendo como foco a observação feita na turma do 6º ano D vespertino que possui 22 alunos em sala, sendo dois desses alunos especiais. Percebemos que a professora de história procura ao máximo trazer o conteúdo de forma clara para que eles aprendam de forma fácil para um melhor aprendizado dos conteúdos, tudo isso através das atividades em classe que pudemos observar. Um assunto que nos chamou a atenção no período das observações foi: é a expansão e a crise do Império Romano, na ocasião a professora explicou passo a passo no quadro com esquemas para facilitar o aprendizado dos alunos. Posteriormente a professora propôs uma atividade escrita, fazendo a correção de cada questão no quadro aproveitando o momento e explicando uma por uma para que assim na hora do teste, prova ou alguma atividade os alunos já tenham conseguido compreender o assunto. Na observação percebemos que relação da professora com seus alunos é satisfatória o que facilita o processo de ensino aprendizagem.

Os alunos A e B estão “incluídos” na turma regular e nesta aula ficou muito claro que estes não conseguem aprender tão rápido o conteúdo proposto. A professora esforça-se para atender os alunos com necessidades especiais de forma oral e contatos corporais como tentativa de facilitar o diálogo entre alunos e conteúdo.

Não podemos negar que os alunos com necessidades especiais infelizmente sofrem com a exclusão no âmbito da aprendizagem. No curso da aula, a professora propôs uma atividade em dupla para ampliação de aprendizado do conteúdo e percebemos que a aluna A

ficou sozinha sem nem um colega para fazer dupla. É muito difícil ainda fazer com que os alunos ditos normais façam dupla ou aceitem fazer atividades com esses alunos especiais.

Os alunos A e B da turma 6º D possui necessidades diferentes. Segundo laudo apresentado aluna A com idade 14 anos possui uma deficiência mental moderada que é:

O retardo mental moderado é quando a pessoa apresenta um quociente de inteligência (QI) entre 35 e 55. Assim, as pessoas afetadas apresentam uma maior lentidão para aprender a falar ou sentar, mas se receberem o tratamento e apoio adequados conseguem viver com alguma independência. (Equipe Editorial do Tua Saúde)

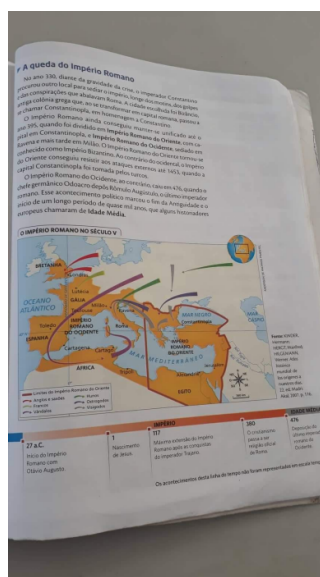
Já o aluno B tem idade de 12 anos e possui uma deficiência cognitiva/intelectual.

Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender idéias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado. (AMPUDIA, 2011)

A professora revela que possui um objetivo bem claro e passa as informações corretamente mostrando segurança e domínio dos conteúdos apresentados nas aulas dadas. Com educação especial para os dois alunos elas fazem o que pode dentro de suas possibilidades para tentar atender a eles da melhor forma, sempre muito calma e paciente respeitando o tempo para eles assimilarem os assuntos passados.

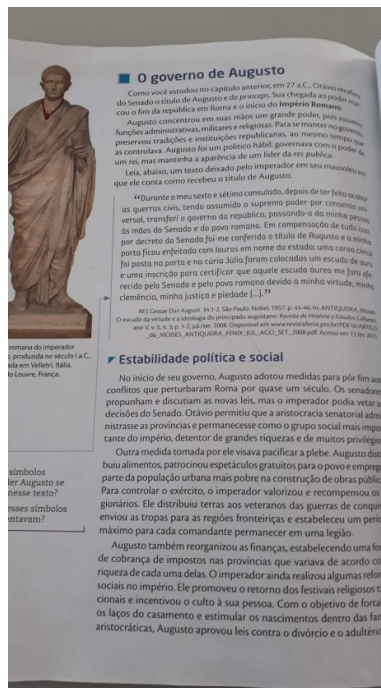
As aulas observadas versaram sobre a queda do Império Romano e percebemos um forte apego ao uso do livro didático como única fonte propulsora do conhecimento histórico. Para os alunos considerados “normais” as aulas dirigidas mediadas pelo livro didático podem contribuir para o processo de aprendizagem significativa em história, porém, o nosso foco de análise são duas crianças com necessidades educacionais, consideradas, pela ciência psicopedagógica como delicadas, tendo em vista que, a deficiência mental moderada contata-se mediante realização do teste de QI, após os 5 anos de idade, que deve ser orientado pelo neurologista e equipe multidisciplinar. Percebemos que a criança em observação apresenta dificuldades de comunicação, autocuidados, habilidades sociais/interpessoais, auto orientação, o que incide diretamente no rendimento escolar.

O uso do livro didático no seguinte caso não se configura como metodologia eficaz para o processo de inclusão, o leitor abaixo poderá observar como o conteúdo é abordado no livro trabalhado na aula de história com a criança do sexto ano apresentando retardo mental:



Tendo em vista as dificuldades de aprendizagens reveladas pela criança no desenvolvimento desta pesquisa, ressaltamos que o conteúdo histórico em questão pode ser redimensionado e apresentado à criança mediante linguagens diversificadas que possibilitem uma conexão entre o aluno, o professor e as informações presentes no conteúdo, dentre elas podemos destacar: a música, a imagem, o corpo, os filmes, a própria história recontada em quadrinhos lúdicos e atraentes a condição humana do sujeito aprendente em questão.

O aluno B, foco da nossa análise apresenta deficiência cognitiva o que revela uma necessidade de mais tempo para aprender a falar e desenvolver sua autonomia. Conforme estudos recentes na área de inclusão é natural que enfrentem dificuldades nas atividades escolares, no entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que a criança não consiga aprender o conteúdo de história no tempo determinado pela sequência didática desenvolvida na observação, foi o que podemos observar na oferta do conteúdo “Império Romano”, esta foi toda desenvolvida com o recurso do livro didático, o leitor pode observar abaixo que o livro didático utilizado neste cotidiano pedagógico, não é pensado para atender a diversidade de necessidades educativas especiais, pois, a linguagem é direcionada ao aluno que já possui uma leitura desenvolvida capaz de compreender a informação do conhecimento histórico revelado pelo texto escrito.



Considerando que o processo de inclusão dos diferentes em uma orbita de aprendizagens em que circulam os conhecimentos históricos de natureza complexa, compete ao professor a busca por orientação e pesquisa para a realização desta prática pedagógica repleta de desafios, para tanto, esta pesquisa sinaliza a urgência: da formação docente referente as necessidades educativas especiais, a produção de materiais didáticos destinados aos alunos especiais, a inclusão de profissionais de apoio em salas de aula regular com alunos especiais, uma revisão geral nas diretrizes curriculares destinadas ao ensino fundamental e que atendam as especificidades inerente a cada ser humano, e principalmente o cumprimento de todas as Leis brasileiras referentes aos direitos à educação dos sujeitos com necessidades educativas especiais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada para mostrar que é urgente falar de Educação Inclusiva. É necessário que se desenvolvam trabalhos que atendam os sujeitos especiais, bem como os profissionais que os atendem, na rede regular de ensino. Consideramos com esta pesquisa que falta muitos investimentos e ações para se alcançar uma educação para todos. Um desafio bastante complexo que, no entanto, não é impossível, principalmente se todos se unirem politicamente em atenção para essa causa, que não é só de quem tem necessidade especial mais de toda a humanidade. Essa busca pela inclusão deve ser feita também por todos nós

cidadãos, pois podemos contribuir para amplitude do conhecimento para amplitude no campo da inclusão.

A História, vem nos trazer os acontecimentos e avanços desta Educação Inclusiva, pois, nos dá a liberdade de sermos capazes de termos senso crítico e avaliarmos o que está em nossa volta. Ao realizar as observações na escola podemos perceber como é difícil para os professores que não possuem formação continuada no campo da Educação Inclusiva.

Ainda falta muitos investimentos e ações para se chegar em um processo de inclusão na rede regular de ensino, esta pesquisa considera que é necessário mudanças curriculares nos cursos de formação de educadores, pois estes são os principais operadores da educação como proposta de transformar vidas para melhor e dar ao outro o poder de decidir e fazer suas próprias escolhas, só assim avançamos como pessoas, como mundo, como sociedade, é dessa maneira como a cidadania acontece.

8 REFERENCIAS

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência intelectual?** Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual/>> Acesso em 18 fev 2020

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos: entre textos e imagens. In: _____ (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20/12/96, art. 21, I e II.

Equipe Editorial do Tua Saúde. **Retardo mental moderado:** Características e Tratamentos. Disponível em <<https://www.tuasaude.com/retardo-mental-moderado/>> Acesso em 18 fev 2020

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 56. ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** histórias e políticas públicas. São Paulo - Cortez, 1996

Seminários Temáticos de história da Bahia, Disponível em: <http://historiauaabcoite2009.blogspot.com/2013/04/conceicao-do-coite-da-colonia.html>. Acesso em 13 fev de 2020

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <[http: portal.me.gov.br](http://portal.me.gov.br) Acesso em: 08 ago.2019.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranche In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental** / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.